

*Jônatas Luiz Moreira de Paula*

C  
U  
R  
S  
O

# PROCESSO CIVIL

*processo de execução*

2ª ed 2019

 editora  
D'PLÁCIDO



C  
U  
R  
S  
O

# PROCESSO CIVIL

*processo de execução*



*Jônatas Luiz Moreira de Paula*

C  
U  
R  
S  
O

# PROCESSO CIVIL

*processo de execução*

*2ª ed 2019*



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2019, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Produtor Editorial**  
*Tales Leon de Marco*

**Capa, projeto gráfico**  
*Leticia Robini*

**Diagramação**  
*Leticia Robini*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

PAULA, Jônatas Luiz Moreira de.  
Curso de processo civil: processo de execução -- 2 ed. -- Belo Horizonte:  
Editora D'Plácido, 2019.  
320 p.  
ISBN: 978-85-60519-70-5  
1. Direito. 2. Direito Processual Civil. 3. Curso. I. Título.  
CDD341.46 CDU347.9

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



À Rose, Jotinha e Flavinho, com todo amor.  
Ao “cãopanheiro” Toby que precocemente nos deixou.

Cambé, dezembro de 2018.





# SUMÁRIO

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EXECUÇÃO.....	15
1.1. Direito Romano.....	16
1.2. Direito Germânico.....	22
1.3. Direito Comum.....	23
1.4. Direito Luso.....	26
1.5. Direito Brasileiro.....	27
2. TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO.....	37
2.1. Título Executivo.....	38
2.1.1. Noção.....	38
2.1.2. Classificação e espécies do título executivo.....	38
2.1.2.1. Classificação.....	38
2.1.2.2. Espécies.....	39
2.1.3. Natureza jurídica do título executivo.....	41
2.1.4. Requisitos do título executivo.....	43
2.1.4.1. Certeza.....	43
2.1.4.2. Exigibilidade.....	44
2.1.4.3. Liquidez.....	46
2.2. Legitimidade para a execução.....	47
2.2.1. Legitimidade ativa.....	47
2.2.2. Legitimidade passiva.....	48
2.2.3. Responsabilidade patrimonial.....	51
2.2.4. Fraude à execução.....	53
2.3. Competência.....	56
2.3.1. Execução por título judicial.....	56

2.3.2. Execução por título extrajudicial.....	58
2.4. Autonomia do Processo de Execução e o sincretismo processual.....	59
2.4.1. Da visão acerca da autonomia do Processo de Execução antes das reformas do CPC em 1994-2006.....	59
2.4.2. Da efetivação da sentença/acórdão após a reforma: a necessidade de haver uma revisão doutrinária.....	64
2.4.3. Do sincretismo no Novo CPC.....	67
3. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS POR TÍTULO JUDICIAL.....	69
3.1. Liquidação de sentença.....	70
3.1.1. Noção.....	70
3.1.2. Estrutura procedimental.....	71
3.1.2.1. Liquidação por cálculo aritmético.....	72
3.1.2.2. Liquidação por arbitramento.....	73
3.1.2.3. Liquidação pelo procedimento comum.....	74
3.2. Efetivação da obrigação/prestação de fazer e não fazer.....	76
3.2.1. Introdução.....	76
3.2.2. O <i>ius edictio</i> e a busca pela tutela específica.....	77
3.2.2.1. Conceito de tutela específica.....	78
3.2.2.2. Técnica mandamental contida na tutela específica – o uso da coerção indireta.....	81
3.2.2.3. Executividade da técnica mandamental.....	82
3.2.2.4. Técnica inibitória contida na tutela específica.....	83
3.2.2.5. Conversão da obrigação/prestação de fazer ou não fazer em perdas e danos.....	84
3.3. Procedimento executivo.....	85
3.3.1. Procedimento executivo da obrigação/prestação de fazer.....	85
3.3.2. Procedimento executivo da obrigação/prestação de não fazer.....	87
3.3.3. Procedimento executivo da obrigação de entregar coisa.....	89
3.3.4. Procedimento executivo da obrigação de pagar quantia determinada.....	91
4. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL.....	95
4.1. Regras gerais.....	96
4.1.1. Requisitos da petição inicial.....	96
4.1.2. Ajuizamento da execução e exame de admissibilidade.....	98

4.2. Procedimento executivo para obrigação/prestação de fazer.....	99
4.3. Procedimento executivo da obrigação/prestação de não fazer.....	101
4.4. Procedimento executivo para obrigação de entregar coisa certa ou incerta.....	103
4.5. Procedimento executivo para pagar quantia determinada.....	105
4.5.1. Introdução.....	105
4.5.2. Fase postulatória.....	106
4.5.3. Fase da constrição.....	108
4.5.3.1. Ordem de preferência de penhora e bens impenhoráveis.....	110
4.5.3.2. Das modalidades de penhora.....	119
<i>i. Penhora de dinheiro.....</i>	<i>119</i>
<i>ii. Penhora de imóveis e móveis em geral.....</i>	<i>120</i>
<i>iii. Penhora de créditos.....</i>	<i>121</i>
<i>iv. Penhora sobre dinheiro a juros,                 rendas ou prestações periódicas.....</i>	<i>123</i>
<i>v. Penhora sobre entrega de coisa.....</i>	<i>124</i>
<i>vi. Penhora no rosto dos autos.....</i>	<i>125</i>
<i>vii. Penhora de quotas ou ações de                 sociedades simples ou empresariais.....</i>	<i>125</i>
<i>viii. Penhora de estabelecimento                 comercial, industrial e agrícola.....</i>	<i>130</i>
<i>ix. Penhora sobre empresa concessionária                 ou permissionária de serviço público.....</i>	<i>132</i>
<i>x. Penhora de navios e aeronaves.....</i>	<i>133</i>
<i>xi. Penhora sobre faturamento de                 percentual de empresa.....</i>	<i>134</i>
<i>xii. Penhora de frutos ou rendimentos                 de coisa móvel ou imóvel.....</i>	<i>135</i>
4.5.3.3. Das providências na penhora.....	136
<i>i. Da lavratura do auto ou do termo de penhora.....</i>	<i>137</i>
<i>ii. Nomeação do depositário.....</i>	<i>137</i>
<i>iii. Intimação do executado e de seu cônjuge.....</i>	<i>138</i>
<i>iv. Intimação de terceiros.....</i>	<i>139</i>
4.5.3.4. Da substituição do bem penhorado.....	140
4.5.3.5. Da segunda penhora.....	142
4.5.3.6. Da redução ou ampliação da penhora.....	143
4.5.4. Fase da avaliação.....	144

4.5.4.1. Introdução.....	144
4.5.4.2. Regras gerais.....	144
4.5.4.3. Impugnação e nova avaliação.....	146
4.5.4.4. Efeitos da avaliação.....	147
4.5.5. Fase da expropriação.....	147
4.5.5.1. Introdução.....	147
4.5.5.2. Adjudicação.....	147
4.5.5.3. Alienação particular.....	151
4.5.5.4. Alienação por leilão judicial.....	153
<i>i. Leilão por pregão eletrônico e por bolsa de valores.....</i>	<i>153</i>
<i>ii. Leilão presencial.....</i>	<i>154</i>
<i>iii. Pagamento.....</i>	<i>162</i>
<i>iv. Auto de arrematação.....</i>	<i>164</i>
4.5.6. Fase do pagamento.....	167
4.5.6.1. Pagamento decorrente da adjudicação.....	168
4.5.6.2. Pagamento decorrente de percentual de faturamento de empresa ou de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	168
4.5.6.3. Pagamento decorrente da alienação.....	169
4.5.6.4. Incidente de concurso de credores.....	170
<i>i. Introdução.....</i>	<i>170</i>
<i>ii. Procedimento.....</i>	<i>173</i>
4.5.7. Suspensão e extinção da execução.....	183
4.5.7.1. Suspensão da execução.....	183
4.5.7.2. Extinção da execução.....	185

## 5. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS.....187

5.1. Introdução.....	188
5.2. Execução de obrigação alimentar.....	188
5.2.1. Noção.....	188
5.2.2. Execução de alimentos que visa prisão civil do devedor.....	191
5.2.2.1. Introdução.....	191
5.2.2.2. A executividade dos alimentos provisórios.....	191
5.2.2.3. Procedimento.....	192
5.2.2.4. Prisão civil do devedor.....	194
5.2.3. Execução de alimentos pela via patrimonial.....	196
5.2.4. Execução de alimentos por desconto em folha.....	197

5.2.5. Da constituição de capital de renda para a execução de indenização por ato ilícito.....	198
5.3. Execução contra a Fazenda Pública.....	199
5.3.1. Introdução.....	199
5.3.2. Disposição constitucional.....	200
5.3.3. Princípios aplicáveis ao precatório.....	203
5.3.4. Procedimento.....	206
5.3.4.1. Da inadmissibilidade de execução provisória.....	206
5.3.4.2. Instauração da execução e efetivação do crédito.....	209
5.4. Execução fiscal.....	211
5.4.1. Noção.....	211
5.4.2. Título executivo.....	214
5.4.3. Procedimento.....	215
5.4.3.1. Fase postulatória.....	215
5.4.3.2. Fase da constrição.....	219
5.4.3.3. Fase da avaliação.....	223
5.4.3.4. Fase da expropriação.....	223
5.4.3.5. Fase do pagamento.....	229
5.5. Execução nos Juizados Especiais.....	229
5.5.1. Introdução.....	229
5.5.2. Juizados Especiais da Justiça Estadual.....	230
5.5.2.1. Regras gerais.....	230
5.5.2.2. Execução de sentença.....	234
5.5.2.3. Execução por título extrajudicial.....	238
5.5.3. Juizados Especiais da Justiça Federal.....	241
5.5.4. Juizados Especiais da Fazenda Pública da Justiça Estadual.....	245
6. DEFESA NA EXECUÇÃO.....	251
6.1. Introdução.....	252
6.2. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	252
6.2.1. Introdução.....	252
6.2.2. Procedimento.....	253
6.2.2.1. Forma e prazo para argüição.....	253
6.2.2.2. Matérias que podem compor a impugnação.....	254
<i>i. Falta ou nulidade da citação na fase de conhecimento.....</i>	<i>255</i>
<i>ii. Ilegitimidade de parte.....</i>	<i>256</i>
<i>iii. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....</i>	<i>257</i>

	<i>iv. Penhora incorreta ou avaliação errônea</i> .....	259
	<i>v. Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções</i> .....	259
	<i>vi. Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução</i> .....	261
	<i>vii. Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença</i> .....	261
	<i>viii. Impedimento ou suspeição do juiz</i> .....	262
6.2.2.3.	Intimação do exeqüente e desenvolvimento dos atos procedimentais.....	265
6.2.2.4.	Decisão, seus efeitos e recurso cabível.....	267
6.2.3.	Da impugnação ao cumprimento de sentença em procedimentos executivos especiais.....	267
6.2.3.1.	Impugnação na execução patrimonial de alimentos.....	267
6.2.3.2.	Impugnação na execução contra a Fazenda Pública.....	269
6.3.	Embargos à execução.....	272
6.3.1.	Histórico dos embargos à execução.....	272
6.3.2.	Natureza jurídica dos embargos à execução.....	279
6.3.3.	Procedimento.....	284
6.3.3.1.	Prazo e forma de ajuizamento.....	284
6.3.3.2.	Matérias a serem argüidas.....	285
	<i>i. inexecuibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação</i> .....	286
	<i>ii. penhora incorreta ou avaliação errônea</i> .....	286
	<i>iii. excesso de execução ou cumulação indevida de execuções</i> .....	288
	<i>iv. retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de execução para entrega de coisa certa</i> .....	289
	<i>v. incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução</i> .....	291
	<i>vi. qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento</i> .....	293
	<i>vii. impedimento ou suspeição do juiz</i> .....	294
6.3.3.3.	Ordem de colocação das matérias e a tutela jurisdicional nos embargos à execução.....	296

6.3.3.4. Juízo de admissibilidade, intimação do exeqüente e desenvolvimento dos atos procedimentais.....	297
6.3.3.5. Decisão, seus efeitos e recurso cabível.....	300
6.3.4. Dos Embargos à execução em procedimentos executivos especiais.....	301
6.3.4.1. Embargos à execução no processo de execução patrimonial de alimentos.....	301
6.3.4.2. Embargos à execução no processo de execução contra a Fazenda Pública.....	302
6.3.4.3. Embargos à execução no processo de execução fiscal.....	304
6.4. Outras oportunidades.....	306
6.4.1. Justificação na execução pessoal de obrigação alimentar.....	306
6.4.2. Objeção de pré-executividade.....	308
6.4.3. Impugnações ao longo do processo executivo.....	309
6.4.4. Ação para invalidar a alienação do bem penhorado.....	311
6.4.5. Embargos à execução nos Juizados Especiais.....	314

REFERÊNCIAS.....	317
------------------	-----

## **1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA EXECUÇÃO**

Direito Romano • Direito Germânico • Direito Comum • Direito Luso  
• Direito Brasileiro

## **2. TEORIA GERAL DA EXECUÇÃO**

Título Executivo • Legitimidade para a execução • Competência • Autonomia do Processo de Execução e o sincretismo processual

## **3. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS POR TÍTULO JUDICIAL**

Liquidação de sentença • Efetivação da obrigação/prestação de fazer e não fazer • Procedimento executivo

## **4. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Regras gerais • Procedimento executivo para obrigação/prestação de fazer • Procedimento executivo da obrigação/prestação de não fazer • Procedimento executivo para obrigação de entregar coisa certa ou incerta • Procedimento executivo para pagar quantia determinada

## **5. PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS**

Introdução • Execução de obrigação alimentar • Execução contra a Fazenda Pública • Execução fiscal • Execução nos Juizados Especiais

## **6. DEFESA NA EXECUÇÃO**

Introdução • Impugnação ao cumprimento de sentença • Embargos à execução • Outras oportunidades

**INDICADO PARA OS CURSOS:**

**DIREITO**

**RECOMENDADO A:**

**PROFESSORES**

**ALUNOS**

**PROFISSIONAIS**

